



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

13ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA – 2024/2026

1 **ATA DA 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DO PLANO ESTADUAL**
2 **DE CULTURA – EIXO 3 – IDENTIDADE, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA.** Ao 27º
3 (vigésimo sétimo) dia do mês de setembro de 2024, às 10h, reuniram-se, de
4 forma presencial e virtual por meio do aplicativo Teams (via link distribuído via
5 WhatsApp) conforme calendário elaborado e aprovado durante a 30ª Sessão
6 Plenária Ordinária. Sob a presidência do conselheiro titular representante da
7 cadeira de Cultura Indígena **LUDIMAR NUNES GONÇALVES**. Como relatora, a
8 colaboradora **JENNYFER BALBI E SILVA** (CONEC); como apoio, a
9 colaboradora **SYMONE FARIAS** (CONEC). O encontro contou com a presença
10 nos termos da lista anexa de participantes presenciais e virtuais, os quais
11 participaram pelo aplicativo supracitado. **O conselheiro Ludimar Kokama**
12 **cumprimentou a todos com um bom dia e se identificou como membro do povo**
13 **Kokama.** Ele expressou seu desejo de contribuir e mencionou que sua
14 participação seria em nome do segmento de cultura indígena. Agradeceu a
15 presença de todos, tanto os que estavam presentes quanto os que estavam
16 online, pela contribuição ao eixo 3, que aborda identidade, patrimônio e memória.
17 Pediu que fossem práticos, solicitando que se verificasse, primeiramente, se a
18 proposta se enquadrava no eixo; caso contrário, ela seria remanejada para os
19 eixos seguintes. Indicou que a proposta deveria se enquadrar o mais possível no
20 eixo pertinente e ressaltou a importância de que as falas fossem direcionadas à
21 proposta e que fossem objetivas. Destacou que o objetivo era avançar neste
22 aspecto e cumprir os horários estabelecidos, para que, dependendo do
23 andamento da discussão, o eixo pudesse ser finalizado ainda naquele dia. Por
24 fim, passou a palavra ao professor Gustavo Kienen, que iniciou os trabalhos. **O**
25 **conselheiro Gustavo Kienen** deu bom dia a todos e anunciou que os trabalhos
26 continuarão com a proposta do município de **CAREIRO CASTANHO. Estadual.**
27 **1.Enviar (Solicitar) proposta de Lei à Assembleia Legislativa criando**
28 **programas para restauração (e manutenção) de prédios tombados para**
29 **patrimônio histórico nos municípios.** Foi sugerido fazer revisão textual. Em
30 seguida, abriu a participação para aqueles que quisessem contribuir
31 apresentando textos para a proposta. Pediu que as pessoas se manifestassem
32 levantando a mão, lembrando que os presentes também poderiam participar. Ele
33 se comprometeu a anotar as propostas feitas. **Pedro Mansour** cumprimentou a
34 todos com um bom dia e fez uma observação sobre as propostas relacionadas



35 a problemas de respirabilidade. Ele destacou a importância de esclarecer a
36 origem dos recursos, especialmente no que se refere à restauração de prédios.
37 Ressaltou que é necessário indicar de onde virão essas verbas, pois isso é
38 fundamental para a viabilidade da proposta. Enfatizou que seria interessante ter
39 esse cuidado ao elaborar as propostas. **O conselheiro Elson Rocha** reforçou a
40 importância das propostas, destacando que, geralmente, as reformas tendem a
41 se concentrar na capital. Ele se mostrou totalmente a favor de que ações também
42 sejam direcionadas ao interior do estado. Mencionou que já havia abordado esse
43 tema em várias reuniões e sugeriu que houvesse uma divisão clara no projeto
44 de lei. Propôs que, ao enviar a proposta, ficasse evidente que a distribuição dos
45 recursos seria feita de maneira a atender todos os municípios, não apenas os
46 maiores, como Itacoatiara, Manacapuru e Presidente Figueiredo. Ressaltou que
47 a forma como as contemplações estão sendo feitas atualmente deixa muito a
48 desejar para os municípios menores e que é necessário normalizar ou equalizar
49 essa situação, garantindo justiça para todo o interior do Amazonas. **O**
50 **conselheiro Ludimar Kokama** perguntou se mais alguém gostaria de contribuir,
51 pedindo que, ao final de suas falas, as pessoas baixassem as mãos para que
52 houvesse controle das participações. Em seguida, **o conselheiro Gustavo**
53 **Kienen** levantou duas reflexões. Primeiro, lembrou que o grupo não tem o poder
54 de enviar propostas de lei, mas pode solicitar à Assembleia Legislativa a criação
55 de uma proposta que inclua a restauração e a manutenção de prédios históricos.
56 Ele destacou que, muitas vezes, ocorre a restauração, mas não há recursos para
57 a manutenção, o que leva à degradação rápida dos edifícios. Enfatizou que a
58 dificuldade não está apenas na restauração, mas também na manutenção, já
59 que, embora seja possível conseguir recursos para a restauração, muitas vezes
60 não se consegue garantir a continuidade desses cuidados. Portanto, sugeriu que
61 a proposta inclua tanto a restauração quanto a manutenção, e que, em vez de
62 enviar a proposta, fosse solicitado à Assembleia Legislativa a sua criação, pois
63 essa é uma competência dela. **O conselheiro Kokama** disse que a proposta
64 original é enviar uma proposta de lei à Assembleia Legislativa para criar
65 programas voltados à restauração de prédios tombados como Patrimônio
66 Histórico nos municípios. Reforçou que, como mencionado pelo conselheiro
67 Gustavo, essa questão envolve a Assembleia. Ele ressaltou que, embora não
68 possam enviar propostas diretamente, podem influenciar e enviar materiais para
69 lá. Ele observou que já existe uma estrutura para atender a esses objetivos, uma
70 vez que um dos propósitos do fundo estadual de cultura é apoiar iniciativas como
71 essa. Os conselhos municipais podem solicitar apoio financeiro do fundo para a
72 restauração de prédios históricos e outras ações culturais. Enfatizou que o foco
73 não deve ser apenas a realização de festivais, mas também o cuidado com o



74 patrimônio histórico, conforme previsto no plano estadual de cultura. **O**
75 **conselheiro Gustavo Kienen** sugeriu que, após as discussões em andamento,
76 seria importante convocar a Assembleia para conversar sobre o assunto e
77 buscar as melhores alternativas. A proposta poderia ser deixada como está, mas
78 registrada como uma proposta reserva, pois ainda será discutida. Ele destacou
79 a importância de dialogar com os envolvidos para saber se a proposta será aceita
80 ou não, e que as conversas com a Assembleia são essenciais para seguir em
81 frente. **O conselheiro Kokama** encaminhou a proposta para votação,
82 considerando a necessidade de revisão textual. Ele solicitou que aqueles que
83 fossem favoráveis à revisão permanecessem como estavam. Informou que a
84 proposta foi aprovada de forma unânime, entrando como uma propositura de
85 revisão textual. **O conselheiro Gustavo Kienen** apresentou as propostas do
86 município de **BOCA DO ACRE**. **1. Que o Estado crie um fundo Para**
87 **Manifestações Culturais de todo o Amazonas, que estes recursos venham**
88 **de ONGS; que estão investindo no nosso estado, parte destes valores**
89 **sejam destinados uma percentagem para a Cultura.** Foi sugerido inserir no
90 caderno reserva. **2. Que o Governo destine obrigatoriamente recursos para**
91 **os Municípios, manterem projetos voltados para essa temática.** Foi sugerido
92 inserir no caderno reserva. **O conselheiro Kokama** convidou aqueles que
93 estivessem interessados a se manifestar, levantando a mão, tanto online quanto
94 presencialmente, para que pudessem se inscrever para discussão. **O**
95 **conselheiro Vanderley Pinheiro** destacou que, atualmente, o fundo está
96 captando recursos apenas por meio do capital. Ele ressaltou que não está
97 recebendo contribuições significativas, exceto uma aposta do governo federal.
98 Vanderley mencionou a inviabilidade do fundo devido a alguns obstáculos,
99 especialmente relacionados ao aspecto da Zona Franca de Manaus, que se
100 configura como um grande impeditivo, pois o fundo não recebe recursos das
101 empresas. Diante desse empecilho, ele sugeriu que fosse realizada uma
102 consulta jurídica sobre o tema para uma melhor avaliação da situação. **O**
103 **conselheiro Gustavo Kienen** expressou concordância com as preocupações
104 levantadas por Vanderlei em relação ao fundo. Ele destacou que o texto parece
105 confuso, especialmente ao tratar da participação das ONGs, e sugeriu uma
106 consulta jurídica para esclarecer esses pontos. Gustavo enfatizou que o fundo
107 deve atender a todas as manifestações culturais, ressaltando a importância da
108 universalidade como uma exigência básica. Em seguida, **Dr. Sérgio Cruz**
109 destacou que o fundo estadual de cultura já contempla diversas fontes de receita,
110 conforme definido na legislação pertinente. Ele fez referência ao artigo terceiro
111 da lei do fundo, que lista as receitas provenientes de incentivos fiscais, dotação
112 orçamentária anual, doações e contribuições de governos, além de legados de



113 pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Contudo, ele observou que, como
114 as ONGs são organizações não governamentais, elas não estão
115 necessariamente incluídas nessas categorias de receita. Dr. Sérgio também
116 mencionou a complexidade legal envolvendo as ONGs, que se encontram em
117 um limbo entre os direitos público e privado. Essa situação implica que a
118 fiscalização dessas organizações se assemelha à do setor público, mas ainda
119 assim elas operam sob regras do direito privado. Ele ressaltou a necessidade de
120 analisar se os atos constitutivos das ONGs as qualificam como entidades de
121 direito privado, o que permitiria sua participação no fundo. Ao detalhar as fontes
122 de receita, Dr. Sérgio enumerou diversos itens: recursos de convênios com
123 organismos nacionais e internacionais, operações de crédito do próprio fundo, e
124 receitas geradas a partir de aluguéis de espaços culturais públicos. Ele também
125 mencionou a possibilidade de receitas oriundas de multas aplicadas a projetos
126 incentivados, além de contribuições que são regulamentadas pela Constituição
127 estadual. Por fim, Dr. Sérgio indicou que, embora a possibilidade de incluir
128 recursos de ONGs no fundo já estivesse contemplada, seria necessário realizar
129 um estudo mais aprofundado sobre a classificação dessas entidades e sua
130 relação com o direito privado. Ele sugeriu que a questão fosse registrada como
131 um caderno reserva para futuras deliberações. **O conselheiro Vanderley**
132 **Pinheiro** fez um comentário relevante em relação à proposta discutida sobre o
133 fundo. Ele mencionou que a ideia poderia estar, de certa forma, alinhada com o
134 Fundo Amazônico, sugerindo que a proposta poderia abarcar recursos
135 provenientes desse fundo. Questionou a viabilidade de o fundo estadual receber
136 uma parte financeira do Fundo Amazônico, que é descrito como um recurso
137 significativo. Ele ressaltou que, caso o fundo estadual possa incorporar recursos
138 do Fundo Amazônico, isso poderia se encaixar nas atribuições do fundo,
139 especialmente no que diz respeito à promoção da cultura e à preservação do
140 meio ambiente. Concluiu seu apontamento sugerindo que o Dr. Sérgio poderia
141 oferecer orientações adicionais sobre essa possibilidade, dada sua expertise na
142 área. **O Dr. Sérgio Cruz** respondeu ao conselheiro Vanderley Pinheiro
143 esclarecendo que não há problema na proposta discutida. Ele explicou que a
144 origem dos recursos do Fundo Internacional pode ser contemplada pelo artigo
145 terceiro, inciso quinto da legislação pertinente, que trata dos repasses através
146 de convênios com organismos nacionais e internacionais. Enfatizou que, para
147 que o fundo estadual receba esses recursos, é necessário que haja uma
148 entidade responsável pela administração do fundo internacional. Caso essa
149 entidade exista, poderia ser estabelecido um convênio entre os organismos que
150 gerenciam os dois fundos, facilitando assim o repasse de verbas. Ele também
151 mencionou que, se o fundo for nacional, a situação seria semelhante; seria



152 suficiente realizar um acordo entre as instituições que administram os fundos
153 para viabilizar os repasses, como já ocorre com o repasse do fundo nacional. **O**
154 **conselheiro Vanderley Pinheiro** manifestou seu entendimento de que a
155 proposta discutida é louvável e, por isso, merece ser incorporada ao plano em
156 elaboração. Ele reconheceu a importância da iniciativa, destacando que sua
157 inclusão no plano poderia trazer benefícios significativos. **O conselheiro**
158 **Ludimar Kokama** propôs que a propositura inicial fosse incluída como um
159 caderno reserva, justificando sua decisão com base nas informações
160 apresentadas pelo Dr. Sérgio. Ele destacou que a proposta já está contemplada
161 dentro do Fundo Estadual de Cultura, ressaltando a importância da lei Paulo
162 Gustavo e a necessidade de que os conselhos de cultura mantenham seus
163 fundos, permitindo futuras transações entre eles. Enfatizou a relevância da
164 revisão da lei que cria o fundo, a fim de garantir que todos os aspectos legais
165 sejam adequados para promover efetivamente a cultura no estado. A sugestão
166 de encaminhar a proposta para o caderno reserva foi aprovada por unanimidade,
167 deu início à votação, perguntando quem era favorável à sua proposta. Ele
168 mencionou, ainda, uma segunda proposta, que exigia que o governo destinasse
169 recursos obrigatoriamente para que os municípios mantivessem projetos
170 voltados para essa temática. Ele abriu a palavra para aqueles que quisessem se
171 manifestar sobre o assunto. **O conselheiro Gustavo Kienen** abordou a questão
172 do repasse obrigatório de recursos aos municípios, ressaltando a necessidade
173 de um controle rigoroso sobre como esses recursos seriam utilizados. Ele
174 observou que existem municípios que sequer possuem um Cadastro Nacional
175 da Pessoa Jurídica (CNPJ) específico para a cultura, o que levanta
176 preocupações sobre a aplicação dos fundos. Enfatizou que, embora seja
177 fundamental garantir a destinação de recursos para os municípios, é igualmente
178 importante implementar mecanismos de controle que assegurem a transparência
179 e a eficácia na utilização desses recursos. Ele destacou que deve haver uma
180 avaliação rigorosa do impacto social dos projetos financiados, com a definição
181 de metas e indicadores que permitam medir os resultados alcançados. **O**
182 **conselheiro** alertou para o risco de simplesmente repassar os recursos a
183 municípios que, porventura, não estejam valorizando adequadamente a cultura.
184 Ele concluiu que a questão requer uma reflexão mais profunda e um
185 planejamento cuidadoso para que os recursos sejam efetivamente utilizados em
186 benefício do desenvolvimento cultural. **O conselheiro Vanderley Pinheiro**
187 trouxe à tona uma questão delicada sobre a relação entre os municípios e o
188 financiamento da cultura. Ele observou, com preocupação, que alguns
189 municípios têm se recusado a aceitar recursos provenientes de leis de incentivo
190 cultural. Essa recusa, segundo ele, demonstra uma falta de interesse por parte



191 do poder público em investir na cultura local, o que é alarmante, principalmente
192 para os artistas que anseiam por oportunidades de financiamento. Enfatizou que,
193 apesar de os recursos serem especificamente destinados à cultura e, portanto,
194 "carimbados", alguns gestores públicos ainda optam por devolver esses fundos.
195 Ele destacou que esses recursos têm como objetivo direto beneficiar os
196 fazedores de cultura, ou seja, os artistas. O fato de que alguns municípios não
197 estejam comprometidos com a utilização desses recursos é, para ele, um sinal
198 de uma abordagem perigosa e desconsiderada em relação ao apoio à cultura. O
199 conselheiro concluiu que essa situação é preocupante e exige uma análise
200 cuidadosa, uma vez que a falta de comprometimento do poder público pode
201 prejudicar significativamente o desenvolvimento cultural nas comunidades. **O**
202 **conselheiro Gustavo Kienen** expressou sua preocupação sobre o foco de
203 alguns municípios na atração de artistas famosos, em detrimento do apoio aos
204 trabalhadores locais da cultura. Ele ressaltou que a situação é crítica, pois muitos
205 gestores parecem desinteressados em utilizar os recursos disponíveis para
206 fomentar a cultura local. Gustavo enfatizou que a responsabilidade de exigir
207 mudanças recai sobre a sociedade civil, que deve mobilizar a população para
208 que os gestores municipais reconheçam a importância de utilizar esses recursos
209 para beneficiar os artistas locais, e não apenas para grandes eventos. Ele
210 mencionou que os recursos já estão disponíveis e que a falta de ação está
211 prejudicando os trabalhadores culturais. Portanto, é fundamental que haja uma
212 mobilização para garantir que esses recursos sejam efetivamente utilizados em
213 benefício da cultura local. Em seguida, **o conselheiro Ludimar Kokama**
214 complementou a discussão, lembrando que o Ministério da Cultura está ciente
215 do desinteresse dos governantes municipais. Ele destacou que a criação de
216 conselhos de cultura é fundamental para a transferência de recursos, que
217 atualmente ocorre através do Fundo Nacional de Cultura. Para que essa
218 transferência seja efetiva, é crucial que haja conselhos instituídos nos
219 municípios. Ludimar também apontou que a sociedade civil deve pressionar os
220 governantes para a criação desses conselhos, pois, sem a participação ativa da
221 população, as chances de implementação dessas estruturas são mínimas. Ele
222 criticou a forma como a cultura ainda é tratada nos municípios, muitas vezes
223 subordinada a secretarias de educação, e enfatizou a necessidade de
224 reconhecer a cultura como uma forma legítima de geração de emprego e renda.
225 O conselheiro reforçou a importância de aproveitar o ano eleitoral para que os
226 artistas e fazedores de cultura cobrem dos candidatos a implementação de
227 políticas culturais em seus planos de governo. Ele destacou que essa é uma
228 oportunidade crucial para garantir que a cultura seja priorizada nas agendas dos
229 gestores públicos. Além disso, a proposta anterior de encaminhar as sugestões



230 para o caderno reserva foi reiterada, enfatizando que é importante documentar
231 essas ideias para futuras discussões. **O conselheiro André Durand** pediu para
232 que a fala anterior, especialmente a do conselheiro Ludimar, fosse relida para
233 que ele pudesse complementar a discussão. **O conselheiro Ludimar Kokama**
234 releu a segunda proposta do município de Boca do Acre, que trata da
235 obrigatoriedade de o governo destinar recursos para que os municípios
236 mantenham projetos voltados para a cultura. Após a leitura, ele convidou o
237 conselheiro André Durand a fazer sua contribuição e a se juntar à discussão,
238 reforçando a importância da participação de todos na reunião. O conselheiro
239 anunciou que a proposta do município de Boca do Acre foi encaminhada para o
240 caderno reserva, já que não houve manifestações contrárias entre os presentes.
241 Em seguida, ele deu seguimento à reunião, informando que o próximo município
242 a ser discutido serão discutidas as propostas do município de **CANUTAMA**. 1.
243 **Efetivar o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural – material e imaterial,**
244 **enfatizando a identificação, mapeamento, implantação e reconhecimento**
245 **de espaços de difusão e memória (pontos ou casas e centros de**
246 **referência), considerando a pesquisa, o registro de bens e espaços de**
247 **diálogo com a sociedade de forma bienal.** Foi sugerido inserir no caderno
248 reserva. 2. **Orientar os entes federados (estados e municípios) para a**
249 **implementação da cartografia da diversidade das expressões culturais em**
250 **todo o território nacional, promovendo acessibilidade, com ênfase nos**
251 **povos das culturas tradicionais, populares, indígenas, afrodescendentes,**
252 **de bases comunitárias e ribeirinhas, da capoeira e comunidade surda,**
253 **contemplando a diversidade étnica e de bens culturais não consagrados à**
254 **representação da identidade brasileira.** Foi sugerido inserir no caderno
255 reserva. **O conselheiro Ludimar Kokama** enfatizou que a proposta de
256 Canutama, que busca efetivar o sistema nacional de patrimônio cultural, se
257 encaixa nas diretrizes do eixo 6. Ele ressaltou que, seguindo a orientação do
258 conselheiro nacional de Cultura, Elson Rocha, essa proposta será encaminhada
259 para o caderno reserva, assim como as anteriores. **O conselheiro Gustavo**
260 **Kienen** trouxe à tona a proposta de orientar os entes federados na
261 implementação da cartografia da diversidade cultural. A ideia é promover a
262 acessibilidade e valorizar as expressões das culturas tradicionais, populares,
263 indígenas e afrodescendentes, além de incluir grupos como capoeiristas e a
264 comunidade surda. Perguntou se alguém tem comentários ou sugestões sobre
265 essa proposta. Apontou que a proposta tem algumas inconsistências,
266 principalmente ao referir-se a um contexto nacional, o que a afasta do enfoque
267 estadual desejado. Ele também mencionou a necessidade de incluir todos os
268 grupos culturais, evitando a exclusão de qualquer segmento, e criticou a redação



269 que sugere que a diversidade brasileira não está representada na proposta.
270 Sugeriu que a proposta seja enviada para o caderno reserva devido a essas
271 questões de clareza e alinhamento com as discussões realizadas nas
272 conferências estadual e nacional de cultura. Alguma outra consideração sobre
273 isso. **O conselheiro Ludimar Kokama** agradeceu pela contribuição do
274 conselheiro Vanderley e sugeriu que a proposta fosse encaminhada para o
275 caderno reserva. Em seguida, apresentou a proposta do município de
276 **HUMAITÁ. Estadual.1. Criar espaços alternativos onde os bens culturais**
277 **possam ser expostos e comercializados, gerando assim, renda aos artistas**
278 **melhorando a sua condição socioeconômica;** foi sugerido remanejar para o
279 eixo 5. Ele então abriu a palavra para contribuições. **O conselheiro André**
280 **Durand** trouxe à tona a necessidade urgente de espaços alternativos para a
281 cultura, lembrando que muitos centros de convivência construídos anteriormente
282 não estão sendo devidamente utilizados. Ele destacou a importância de resgatar
283 a segurança desses locais para fomentar a prática cultural, enfatizando que a
284 proposta de Humaitá é crucial para atender essa demanda. Durand também
285 mencionou que, apesar da existência de espaços como auditórios e cineteatros,
286 falta um apoio mais robusto do estado para garantir que esses lugares realmente
287 sirvam como pontos de encontro e desenvolvimento para os fazedores de
288 cultura. Ele defendeu a permanência da proposta e a necessidade de políticas
289 públicas que apoiem essas iniciativas. **O conselheiro Vanderley Pinheiro**
290 enfatizou a importância de estabelecer parcerias com a Seduc para viabilizar a
291 ocupação dos espaços culturais, especialmente os centros de convivência. Ele
292 destacou que essa colaboração poderia suprir a necessidade dos fazedores de
293 cultura nos municípios, garantindo que esses locais sejam utilizados de forma
294 efetiva para atividades culturais e artísticas. A proposta de criar e manter esses
295 espaços alternativos é vista como uma oportunidade para fortalecer a cultura
296 local e promover o desenvolvimento socioeconômico dos artistas. **O**
297 **conselheiro Ludimar Kokama** sugeriu que a proposta do município de
298 Humaitá, que aborda a criação de espaços alternativos para exposição e
299 comercialização de bens culturais, seja remanejada do eixo 3 para o eixo 5, que
300 trata da economia criativa, trabalho, renda e sustentabilidade. Essa mudança se
301 alinha com as discussões feitas pelos conselheiros André e Vanderley sobre a
302 importância de fomentar a cultura local e garantir o desenvolvimento
303 socioeconômico dos artistas. **O conselheiro Ludimar Kokama** deu
304 continuidade à reunião, apresentando a proposta do município de **ITAPIRANGA.**
305 **Estadual. 1. Priorizar as distribuições dos recursos financeiros para os**
306 **projetos oriundos do poder público que beneficiem atividades/espaços**
307 **culturais por meio de Leis e incentivo à cultura. foi sugerido o**



308 remanejamento da proposta para o eixo 1. Nacional 1.
309 Tombamento de prédios estaduais para direcioná-los a cultura
310 (TELEMAZON). Foi sugerido caderno reserva/aglutinação. O conselheiro
311 André Durand destacou que a proposta do município de Piranga pode se
312 relacionar tanto com o eixo um quanto com o eixo cinco. Sugeriu que a proposta
313 do município de Piranga seja remanejada para o eixo um, destacando que ela
314 possui uma natureza predominante nesse eixo. O conselheiro Gustavo Kienen
315 também concordou, ressaltando que a criação de marcos legais e a
316 institucionalização se encaixam bem no contexto do eixo um. O conselheiro
317 Ludimar Kokama informou que a proposta foi aprovada por unanimidade para
318 ser redirecionada do eixo 6 para o eixo 1. Na sequência, o município de **NOVO**
319 **AIRÃO. Estadual. 1. Fazer parceria (convênio) com o(s) município(s) para**
320 **viabilizar as atividades de preservação do patrimônio cultural, para a**
321 **contribuição da memória cultural estadual, assim como, a identidade**
322 **nacional.** Foi sugerido fazer revisão textual. O conselheiro André Durand
323 indicou que gostaria de fazer uma sugestão para registro. Ele perguntou se havia
324 alguém do COPHAM presente na reunião e solicitou que essa pessoa, junto com
325 uma colega, pudesse argumentar sobre a questão do tombamento de prédios.
326 Durand ressaltou que, nas diversas conferências, muitos edifícios foram citados
327 como tombados, e seria importante que essa ressalva fosse documentada nos
328 registros do Conec. Ele destacou que, embora não seja uma atribuição direta
329 dos conselheiros, seria interessante que a manifestação sobre o tombamento de
330 prédios fosse oficialmente registrada. **Symone Farias** informou que há três
331 pessoas do COPHAM presentes: Beatriz Calheiro, que é a superintendente do
332 IPHAN e está online, além do professor Gustavo, da doutora Luiza Guglielmini e
333 de Pedro Mansour, todos membros do COPHAM. O conselheiro André Durand
334 fez uma sugestão para que ficasse registrado nas atas da reunião a necessidade
335 de discutir a questão do tombamento de prédios, uma vez que muitos imóveis
336 não estão claramente identificados quanto à sua propriedade, seja do estado, do
337 município ou da União. Ele pediu que um representante do Copham, presente
338 na reunião, colaborasse nessa discussão. **A conselheira Beatriz Calheiro,**
339 **superintendente do IPHAN,** explicou que um imóvel com significado para o
340 município e o estado será encaminhado ao IPHAN. Ela sugeriu que a proposta
341 sobre tombamento fosse colocada em cadastro reserva, uma vez que já existem
342 outras propostas semelhantes que precisam ser aprimoradas. Beatriz enfatizou
343 a importância de esclarecer o processo de tombamento e a relevância de
344 envolver as prefeituras nas discussões. O conselheiro André Durand
345 acrescentou que muitos prédios estão abandonados e propôs que a proposta
346 sobre tombamento não fosse apenas colocada em reserva, mas que houvesse



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

347 uma análise mais abrangente sobre o uso desses imóveis para a cultura. **A**
348 **conselheira Beatriz Calheiro** reafirmou que a proposta poderia ser
349 encaminhada ao Copham para averiguação da pertinência do tombamento e
350 sugeriu que o CONEC recomendasse ao COPHAM a análise dos imóveis nos
351 municípios, buscando um processo de tombamento mais descentralizado em
352 todo o estado do Amazonas. **O conselheiro Ludimar Kokama**, ao referir-se à
353 fala da conselheira Beatriz, enfatizou que qualquer cidadão de qualquer
354 município pode encaminhar solicitações ao COPHAM. Ele mencionou a
355 orientação recebida de que propostas nacionais não devem ser discutidas no
356 âmbito estadual, mas abriu a palavra ao conselheiro André, pedindo que fosse
357 breve e objetivo. **O conselheiro André Durand** expressou que todos na reunião
358 tinham o objetivo de garantir que as políticas públicas chegassem efetivamente
359 à população. Ele aguardava a votação sobre a proposta e destacou a
360 importância de considerar a realidade dos cidadãos que não têm acesso às
361 mesmas informações que os conselheiros, reiterando a necessidade de um olhar
362 mais amplo sobre as manifestações culturais nos municípios. **O conselheiro**
363 **Ludimar Kokama** respondeu que ele se posicionava como representante da
364 cultura indígena, esclarecendo que não desmerecia outras cadeiras, mas que a
365 proposta deveria ser colocada em cadastro reserva conforme as orientações da
366 diretora do COPHAM. Ele então sugeriu uma nova votação, perguntando quem
367 era a favor da proposta de encaminhá-la para o cadastro reserva. **O conselheiro**
368 **André Durand** levantou a mão em sinal de que era contrário à proposta de que
369 ela fosse para o cadastro reserva. Após a votação, a maioria decidiu que a
370 proposta seria encaminhada para o cadastro reserva, sendo posteriormente
371 aglutinada com outras relacionadas a tombamento, conforme as orientações da
372 presidente do IPHAN. Destacou que a proposta transita por três eixos e
373 mencionou a necessidade de um olhar mais atencioso para manifestações
374 culturais em municípios que muitas vezes não recebem a devida atenção do
375 estado. **O conselheiro Ludimar Kokama** fez uma contribuição à discussão,
376 ressaltando a presença de um museu em Novo Airão que é importante para a
377 memória cultural da região. A reunião seguiu com a proposta de realizar
378 convênios com municípios para viabilizar atividades de preservação cultural,
379 buscando integrar diversas propostas em um contexto estadual, em vez de focar
380 apenas em um município ou evento específico. **O conselheiro Elson Rocha**
381 afirmou que, apesar da proposta se referir a questões municipais, ele não a vê
382 como algo que deva ser restrito a um único município. Ele sugeriu que a redação
383 da proposta poderia ser ajustada para incluir "municípios" no plural, o que
384 tornaria a proposta mais abrangente e aplicável a várias localidades. Essa foi a
385 contribuição que ele fez ao debate. **O conselheiro Ludimar Kokama** mencionou



386 que o professor Gustavo já havia feito uma orientação sobre a revisão textual da
387 proposta. **Symone Farias** então passou a palavra ao doutor Sérgio, que faria
388 uma nova orientação sobre a formatação e a elaboração do plano estadual.
389 Symone também enfatizou que todos os municípios foram elencados no caderno
390 de propostas, destacando que a proposta do município de Novo Airão estava
391 incluída. Ela pediu a atenção dos conselheiros enquanto doutor Sérgio
392 começava sua explicação, lembrando os pontos discutidos na primeira reunião
393 de orientação. **Dr. Sérgio Cruz** destacou que as propostas já haviam sido
394 discutidas na conferência estadual de cultura, onde foram analisadas pela
395 sociedade civil e pelo poder público. Ele mencionou que, a partir dessa
396 conferência, surgiram 15 proposições para o plano estadual de cultura, e que o
397 que o conselho precisa fazer agora não é reanalisar cada ponto, mas sim
398 verificar se há adequações possíveis dentro do que foi aprovado. Ressaltou que
399 apenas o que foi respaldado na conferência pode ser incluído no plano, e que
400 sugestões que não passaram por esse processo não devem ser consideradas.
401 Ele usou a metáfora das cores da bandeira do estado para explicar que
402 mudanças só podem ocorrer dentro dos limites das decisões coletivas já
403 estabelecidas. Assim, qualquer nova proposta deve se alinhar com o que foi
404 decidido na conferência, para evitar questionamentos futuros. Ele enfatizou a
405 importância de garantir que as ações propostas sejam coerentes com as
406 diretrizes escolhidas pela sociedade. **O conselheiro Elson Rocha** destacou a
407 importância de seguir o que foi estabelecido nas conferências municipais,
408 estaduais e nacionais, ressaltando que as propostas aprovadas devem ser
409 respeitadas e não reavaliadas nas reuniões atuais. Ele expressou sua
410 preocupação com o fato de que muitas propostas que estão sendo discutidas
411 não passaram pela conferência estadual, o que poderia deslegitimar o processo.
412 Ele sugeriu que, se uma proposta não estiver alinhada com as diretrizes
413 aprovadas, ela deve ser colocada no caderno de reserva. Elson enfatizou que a
414 presença reduzida dos conselheiros torna ainda mais crucial a aderência ao que
415 foi previamente acordado, para evitar a anulação do trabalho feito nas
416 conferências. Ele pediu que a discussão se concentrasse em propostas que
417 realmente se relacionassem com o que já foi aprovado, para manter a
418 integridade do processo. **O Doutor Sérgio Cruz** explicou que a discussão atual
419 deve se concentrar nas propostas que estão alinhadas com o que foi aprovado
420 nas conferências estaduais de cultura. Ele deu exemplos concretos de como
421 algumas propostas podem ser incorporadas como subitens a partir do que já foi
422 definido no eixo 3 do plano. Ele ressaltou que, se uma proposta não se encaixar
423 nas diretrizes já aprovadas, ela deve ser descartada para evitar qualquer
424 inconsistência no plano. Também destacou a importância de consultar diferentes



425 órgãos e entidades durante o processo de elaboração, garantindo que as metas
426 e diretrizes do plano estadual estejam em consonância com os planos nacional
427 e municipal. **O conselheiro Vanderley Pinheiro** comentou sobre a
428 complexidade do processo e a necessidade de uma orientação clara desde o
429 início, para que não haja injustiças ou equívocos na análise das propostas. Ele
430 reforçou a importância de seguir as diretrizes estabelecidas, evitando discussões
431 sobre propostas que não estejam alinhadas com o que foi previamente aprovado.
432 **O conselheiro Ludimar Kokama** está em um momento importante de filtrar e
433 alinhar as propostas discutidas nas conferências estaduais com os eixos
434 temáticos do plano estadual de cultura. O conselheiro ressaltou que todas as
435 propostas debatidas foram previamente apresentadas nas conferências e
436 passaram por um processo de seleção. Ele enfatizou a importância de garantir
437 que cada proposta se encaixe nas diretrizes dos eixos temáticos estabelecidos,
438 e que a próxima etapa será o alinhamento dessas propostas dentro de cada eixo.
439 O conselheiro também pediu para iniciar a votação sobre a revisão textual de
440 uma proposta específica, que foi aprovada por unanimidade. Após a votação, foi
441 proposto que todos os pontos referentes ao município de Manaus fossem lidos
442 em conjunto, para facilitar a discussão. O objetivo é avaliar se as propostas estão
443 alinhadas com as políticas culturais do estado e se são viáveis dentro do
444 contexto atual. **MANAUS. Estadual.** 1. Política de difusão das cosmogonias e
445 cosmopolíticas da diversidade étnica da Amazônia produzida pelos detentores
446 desses saberes; foi sugerido aglutinação. 2. Criar o núcleo de pesquisas dentro
447 de museus do município de Manaus buscando inventariar a tradição oral de
448 povos e comunidades tradicionais resgatando a valorização enquanto patrimônio
449 imaterial. Foi sugerido inserir no caderno reserva. 3. Criar cadeiras no Conselho
450 Municipal de Cultura: de Memória e Patrimônio, Equipamentos Culturais,
451 Capoeira, Povos Originários, povo de terreiro e afrodescendentes. Foi sugerido
452 inserir no caderno reserva. 4. Criar e implementar política de recuperação do
453 patrimônio natural em Manaus, recuperação de parques e etc; Foi sugerido
454 inserir no caderno reserva, fazer consulta aos órgãos competentes 5.
455 Implementar leis e políticas que protejam o patrimônio cultural, regulando
456 práticas de conservação e evitando a degradação ou descaracterização; Foi
457 sugerido inserir no caderno reserva. 6. Fortalecer os centros de referências
458 culturais com digitalização de periódicos e documentos dos acervos públicos; foi
459 sugerido aglutinação. 7. Criar e Fomentar de espaços para produção e
460 manifestação cultural de capoeira e dos povos e comunidades tradicionais da
461 Amazônia; Foi sugerido aglutinação com a proposta 1. 8. Criar do Fórum
462 Estadual Permanente de Memória e Patrimônio; Foi sugerido inserir no caderno
463 reserva. 9. Criação de um sistema nacional de memória e patrimônio; Foi



464 sugerido inserir no caderno reserva.10. Criar uma agenda plurianual construída
465 pela sociedade civil (fórum, conselhos e etc.) apresentada ao IPHAN com a
466 realização de oficinas de conservação em diferentes materiais construtivos; Foi
467 sugerido inserir no caderno reserva 11. Alterar a Lei 10639/2003 com a inclusão
468 da prática de capoeira como componente da base nacional comum curricular
469 (BNCC); Foi sugerido inserir no caderno reserva. 12. Fomentar a Diversidade
470 Linguística, assim como apoiar projetos que promovam o ensino e preservação
471 da língua tradicional e brasileira. Foi sugerido aglutinação com as propostas 1 e
472 7/consulta com os pareceres. 13. Criar e fomentar: O Fórum Estadual
473 Permanente de Memória e Patrimônio; Foi sugerido inserir no caderno
474 reserva.14. Espaços para produção e manifestação cultural de capoeira e de
475 povos e comunidades tradicionais da Amazônia. (Foi sugerido aglutinação com
476 as propostas 1 e 7/ e 12. **Nacional.** 1. Fomentar a Diversidade Linguística e
477 apoiar projetos que promovam o ensino e preservação da língua tradicional
478 brasileira. Foi sugerido inserir no caderno reserva. O foco se mantém na difusão
479 das culturas e tradições da Amazônia, incluindo iniciativas como a criação de
480 núcleos de pesquisa para catalogar a tradição oral de comunidades tradicionais,
481 reforçando o compromisso com a preservação do patrimônio cultural imaterial.
482 **O conselheiro Gustavo Kienen** continuou a leitura das propostas, destacando
483 várias iniciativas voltadas para a valorização e preservação da cultura em
484 Manaus, ressaltou a importância da aglutinação de propostas que tratam da
485 cultura imaterial e propôs que as iniciativas fossem integradas para maximizar
486 seu impacto. Ele abriu a palavra para os conselheiros, incentivando
487 manifestações e sugestões sobre as propostas apresentadas. A discussão se
488 mantém ativa, com todos convidados a contribuir para o fortalecimento das
489 iniciativas culturais na cidade. Continuou sua fala, abordando as propostas 2, 3
490 e 4, que são específicas para Manaus. Ele ressaltou que a quarta proposta
491 também menciona a questão do patrimônio natural, o que torna a discussão mais
492 complexa. Ele sugeriu que, devido à interconexão entre as propostas, seria
493 interessante encaminhá-las para aglutinação, especialmente porque abordam
494 temas como cosmo política e cosmogonia, que se relacionam com a cultura
495 imaterial. Ludimar destacou que várias propostas tratam de aspectos da cultura
496 imaterial, como a diversidade linguística mencionada na proposta 12, e a
497 capoeira, que é especificamente abordada na proposta 14, que fala sobre
498 espaços para manifestações culturais. Diante disso, ele propôs que as propostas
499 relacionadas à cultura imaterial fossem integradas, enquanto aquelas que não
500 se enquadram ou são exclusivas de Manaus, ou ainda de competência federal,
501 fossem encaminhadas para um caderno de reserva. Ele pediu a compreensão
502 dos conselheiros sobre esse formato de aglutinação proposto, e finalizou



503 solicitando a contribuição de todos para esse fechamento. **O conselheiro**
504 **Ludimar Kokama** sugeriu a aglutinação das propostas 1, 2, 3 e 4, destacando
505 que todas são interrelacionadas e devem ser consideradas em conjunto. Ele
506 mencionou que, para a proposta 1, todas as demais que apresentem similaridade
507 serão integradas. As propostas que não se encaixarem nessa lógica serão
508 tratadas separadamente. **O conselheiro Elson Rocha** expressou seu apoio à
509 proposta de aglutinação, concordando com a abordagem sugerida pelo
510 professor Gustavo. **O conselheiro Gustavo Kienen** reafirmou que o texto será
511 mantido e que as propostas 1, 2, 3 e 4 devem ser aglutinadas, com a proposta
512 2, que sugere a criação de centros de pesquisa em Manaus, sendo encaminhada
513 para o caderno de reserva, pois é de competência municipal. **O conselheiro**
514 **Ludimar Kokama** então propôs que a proposta 2 fosse votada para confirmação
515 do encaminhamento ao caderno de reserva. Após a votação, a proposta foi
516 aprovada por unanimidade. Em seguida, discutiu-se a proposta 3, que sugere a
517 criação de cadeiras no conselho municipal de cultura. **O conselheiro Kienen**
518 destacou que essa questão não é função do Conselho Estadual de Cultura
519 (CONEC) e que essa responsabilidade cabe ao próprio conselho municipal. Ele
520 sugeriu também que a proposta 3 fosse encaminhada para o caderno de reserva.
521 Avançou na discussão das propostas. A proposta 5, que se referia a um assunto
522 específico de Manaus, foi aprovada para o caderno de reserva por unanimidade
523 após votação. O conselheiro sugeriu a continuidade dos trabalhos até a
524 conclusão das propostas do município de Manaus, com uma pausa programada
525 para as 13h20, se as discussões se estendessem até às 12h20. Essa sugestão
526 foi aceita sem objeções. Na sequência, discutiu-se a proposta 6, que visa
527 fortalecer os centros de referências culturais, a qual foi aprovada por
528 unanimidade. Depois, a proposta 7, relacionada à capoeira e comunidades
529 tradicionais da Amazônia, foi proposta para aglutinação com a proposta 1, sendo
530 aprovada também por unanimidade. A proposta 8, que sugeria a criação de um
531 fórum estadual permanente de memória e patrimônio, foi discutida e, diante da
532 falta de manifestações contrárias, decidiu-se encaminhá-la ao caderno de
533 reserva. A proposta 9, que envolvia a criação de um sistema nacional de
534 memória e patrimônio, foi considerada fora da competência do CONEC e
535 também foi aprovada para o caderno de reserva. A proposta 10, que propõe a
536 criação de uma agenda plurianual construída pela sociedade civil e apresentada
537 ao IPHAN, com foco em oficinas de conservação de materiais construtivos. A
538 proposta 11, que buscava alterar a legislação para incluir a capoeira como
539 componente, foi considerada fora da competência do CONEC e, portanto,
540 encaminhada ao caderno de reserva. A proposta 12, que visava fomentar a
541 diversidade linguística, foi aprovada por unanimidade após ser aglutinada com



542 as propostas 1 e 7. A proposta 13, que pedia a criação de um fórum estadual
543 permanente de memória e patrimônio, também foi encaminhada ao caderno de
544 reserva por não se enquadrar nas atribuições do conselho. Na proposta final,
545 número 14, que focava na criação de espaços para a capoeira e comunidades
546 tradicionais da Amazônia, houve consenso em aglutiná-la com as propostas 12
547 e 7, resultando em uma votação unânime pela aprovação. A reunião foi
548 encerrada com a confirmação de que a próxima sessão retornaria às 13h20, com
549 todos convidados a se reconectar no mesmo link. Continuação às 13:00h.
550 **Symone Farias** cumprimentou a todos, considerando a ausência de alguns
551 conselheiros. Durante a reunião do Conselho Estadual de Cultura (CONEC), ela
552 destacou que, até aquele momento, nenhum conselheiro estava presente online.
553 Ela registrou a ausência do Conselheiro Gustavo Kienen, que precisou atender
554 a uma urgência na universidade e não participaria da sessão da tarde. Também
555 mencionou que a conselheira Jordania não poderia comparecer devido a
556 compromissos de trabalho. Informou que a sessão seria conduzida pelo
557 mediador Ludimar Kokama, que faria a leitura das propostas apresentadas pelo
558 Conselheiro Álvaro. Estavam presentes na reunião Ludimar, Álvaro e a doutora
559 Luiza Guglielmini, integrante do Departamento de Patrimônio Histórico da
560 Secretaria de Cultura e da equipe de apoio técnico do COPHAM. **O conselheiro**
561 **Ludimar Kokama** deu boas-vindas a todos com sua saudação de boa tarde. Ele
562 retomou os trabalhos após a pausa da manhã, na qual finalizaram as propostas
563 oriundas do município de Manaus para o plano estadual. Ele anunciou que, na
564 parte da tarde, iniciariam as discussões sobre o município de Barreirinha. **O**
565 **conselheiro Álvaro Smont** iniciou a leitura das propostas de **BARREIRINHA.**
566 **1.** Promover ações que visem o reconhecimento e fortalecimento do patrimônio
567 histórico e cultural, material e imaterial dos povos e comunidades tradicionais ~~de~~
568 ~~matriz africana, indígenas, quilombolas, ribeirinhas~~ como forma de preservação
569 dessas culturas. Foi sugerido fazer **revisão textual**. O conselheiro destacou que
570 a proposta se encaixava no eixo 3, que trata da identidade, patrimônio e
571 memória. Ele comentou sobre a discussão anterior no intervalo, onde foi
572 abordada a maneira de promover essas ações. O assessor jurídico, Sérgio Cruz,
573 orientou sobre a necessidade de atenção às propostas que já haviam sido
574 aprovadas no Conselho. **O conselheiro Ludimar Kokama** fez uma reflexão
575 sobre a parte do reconhecimento e mencionou que esse reconhecimento deve
576 vir da sociedade civil. Ele questionou quais seriam os critérios e fundamentos
577 que levariam a essa certificação. Ele sugeriu que, caso houvesse alguma forma
578 de titulação ou certificação, poderia haver uma intervenção do poder público. Ele
579 enfatizou que o fortalecimento cultural é uma política que pode ser incluída
580 dentro da proposta 2 do eixo 3, dado que este trata das questões de



581 reconhecimento do patrimônio material e imaterial das comunidades tradicionais.
582 Ao longo da discussão, foi sugerido que as definições sobre as comunidades
583 tradicionais fossem generalizadas, de modo a incluir outras comunidades que
584 possam se identificar de maneira diferente. A proposta de simplificação do texto
585 foi também discutida, e os conselheiros foram convidados a decidir sobre essas
586 sugestões. **O conselheiro Ludimar Kokama** destacou que, ao se considerar
587 a proposta de povos e comunidades tradicionais, algumas não se enquadravam
588 nessa categoria. Em seguida foi discutido a proposta do município de
589 **CAAPIRANGA. Estadual. 1.** Estabelecer redes de memória comunitária que
590 conectem diferentes grupos culturais, promovendo a troca (o intercâmbio) de
591 experiência e práticas de preservação. Foi sugerido fazer **revisão textual**. Este
592 município apresentou 2 propostas, sendo a primeira delas investir em inovação
593 tecnológica para preservar o patrimônio, utilizando ferramentas como realidade
594 virtual, realidade aumentada e inteligência artificial. **O conselheiro Álvaro**
595 **Smont** sugeriu que essa proposta fosse remanejada para o eixo 6, que trata dos
596 direitos às artes e linguagens digitais. Após essa sugestão, não havendo mais
597 recomendações, foi aberta a votação. A proposta foi aprovada por unanimidade,
598 e a segunda proposta do município de Itapiranga era estabelecer redes de
599 memória comunitária entre diferentes grupos culturais, promovendo a troca de
600 experiências e práticas de preservação. Foi mencionado que essa proposta se
601 encaixava no eixo 3, que aborda identidade, patrimônio e memória, e deveria
602 permanecer como tal. Os conselheiros concordaram que a proposta deveria
603 passar por uma revisão textual, sugerindo que a frase "promovendo a troca de
604 experiências e práticas de preservação" fosse reformulada para "promovendo
605 intercâmbio de experiências e práticas de preservação". Todos concordaram que
606 a proposta 2 seria caracterizada como uma revisão textual. A discussão então
607 avançou para o município de **AUTAZES. 1.** Criação da (de) casa (s)/Museu (s)
608 para preservação da memória das culturas local (amazônicas). **REVISÃO**
609 **TEXTUAL. 2.** Fomentar projetos que fortaleçam as identidades culturais
610 (Memorial do Engenho – INVICTA) foi sugerido inserir no **caderno reserva. 3.**
611 Manutenção frequente de patrimônios tombados pela prefeitura ou Estado. Foi
612 sugerido inserir no **caderno reserva – CONEC/COPHAM.** este município trouxe
613 3 propostas. A primeira proposta consistia na criação de uma casa-museu para
614 a preservação da memória das culturas locais. Foi observado que essa proposta
615 também se enquadrava no eixo 3, e a sugestão foi que a terminologia fosse
616 ajustada de "local" para "regional", tornando-a mais abrangente. Assim, a
617 proposta ficou como "criação de casas-museus para a preservação da memória
618 das culturas amazônicas". Também foi destacado que já existem iniciativas
619 semelhantes em alguns municípios, como a casa do seringueiro e a casa da



620 farinha, o que indicaria uma expansão para todos. **O conselheiro Vanderley**
621 **Pinheiro** reforçou a importância da proposta inicial do município de Autazes. Ele
622 solicitou que a proposta fosse encaminhada para revisão textual, sugerindo que
623 fosse reformulada para "criação de casas-museus para a preservação da
624 memória das culturas amazônicas". Considerou o andamento da proposta
625 bastante satisfatório e incentivou a continuidade dos trabalhos. **O conselheiro**
626 **Ludimar Kokama** colocou em regime de votação. Foi questionado se todos
627 estavam de acordo com a proposta de revisão textual, e, não havendo mais
628 manifestações, a proposta foi aprovada. Em seguida, seguiu-se a proposta do
629 conselheiro para fomentar projetos que fortaleçam as identidades culturais,
630 citando como exemplo o Memorial do Engenho Invicta. Essa proposta
631 permaneceu em aberto para discussão. Foi solicitada a opinião dos membros
632 sobre a segunda proposta, referente ao município de Autazes. A sugestão era
633 que ela fosse encaminhada para o caderno reserva, pois trazia uma propositura
634 muito específica para a região, conforme detalhado entre parênteses. O
635 conselheiro perguntou se alguém mais gostaria de contribuir com mais alguma
636 observação. Foi solicitado que quem concordasse com a direção da proposta 2
637 para o caderno reserva permanecesse como estava. Foi colocada em regime de
638 votação. Não havendo manifestações, a proposta foi aprovada, e o grupo passou
639 para a terceira proposta. A terceira proposição também é do município de
640 Autazes, e diz respeito à manutenção frequente do patrimônio tombado pela
641 prefeitura ou estado. Foi observado que, na manhã anterior, já havia sido
642 discutida uma proposta semelhante. **O conselheiro André Durand** foi solicitado
643 a remanejar tudo o que se referia à questão de patrimônio tombado. Ele
644 recapitulou que o que foi acordado com o colegiado era que essas questões
645 fossem encaminhadas pelo CONEC ao IPHAN. **Luiza Gugliemini** sugeriu que
646 fosse feita uma lista e que o CONEC encaminhasse ao COPHAM, solicitando
647 uma devolutiva sobre as questões de patrimônio. A recomendação do CONEC
648 foi que isso fosse registrado no caderno reserva. Foi confirmado que a proposta
649 já seria direcionada para o caderno reserva. Em seguida, foi discutir o município
650 de **MAUÉS**. **1.** Foi manifesto a necessidade da criação de um equipamento
651 municipal para cuidar do patrimônio material e imaterial. Foi sugerido inserir no
652 **caderno reserva**. **2.** Estabelecer uma lei que instrumentalize e regulamente o
653 inventário e registro do patrimônio imaterial em nível municipal; Foi sugerido
654 inserir no **caderno reserva**. **3.** Criação de um instrumento que regulamente a
655 dotação de verba específica para museus, bem como a criação de cargos
656 técnicos através de concurso público, para provimento de cargos nestes
657 espaços. Foi sugerido inserir no **caderno reserva** onde a primeira proposta
658 manifestava a necessidade da criação de um equipamento municipal para cuidar



659 do patrimônio material e imaterial. **O conselheiro Ludimar Kokama** abriu
660 espaço para manifestações sobre essa proposta. **O conselheiro Vanderley**
661 **Pinheiro** destacou que a proposta é direcionada ao poder público municipal, o
662 que a torna apta a ser registrada no caderno reserva. A proposta 2, que
663 estabelece a criação de uma lei para regulamentar o inventário e registro do
664 patrimônio imaterial em nível municipal. Assim como a primeira proposta, essa
665 também foi direcionada ao caderno reserva, pois envolve questões municipais.
666 Em seguida, foi apresentada a terceira proposta, que sugere a criação de um
667 instrumento para regulamentar a dotação de verbas específicas para museus,
668 além da criação de cargos técnicos por meio de concurso público. No entanto,
669 foi destacado que essa questão não é da alçada do CONEC nem do plano,
670 levando à conclusão de que essa proposta também deveria ser registrada no
671 caderno reserva. Após a leitura das três propostas do município de Maués, o
672 conselheiro questionou se havia mais manifestações antes de entrar em regime
673 de votação. Não havendo mais comentários, foi iniciada a votação sobre as
674 propostas 1, 2 e 3, que seriam direcionadas ao caderno reserva. A proposta foi
675 aprovada por unanimidade. O próximo município a ser discutido foi **SANTO**
676 **ANTÔNIO DO IÇÁ** 9. Reconhecer os bens de natureza material (escolas,
677 igrejas, praças e outros ambientes), para que sejam revitalizados sem
678 modificações que os descaracterizem; Foi sugerido inserir no caderno reserva.
679 10. Criar o Festival “Encontro Cultural” que envolva gastronomia, danças,
680 músicas, artesanato, vestimentas, grafismos, teatro, poesias e curtas-
681 metragens; foi sugerido aglutinação. 11. Ampliar o orçamento público
682 direcionado a revitalização, preservação e construção de ambientes, espaços,
683 conforme a necessidade de cada região. Foi sugerido inserir no caderno reserva.
684 9. Fortalecer e financiar projetos garantidos pelo ministério da cultura que
685 contemplem aos Municípios, uma vez ao ano, com a realização de eventos
686 culturais como: dança, ópera, teatro, arte, exposição de obra de arte. Foi
687 sugerido inserir no caderno reserva. 10. Financiar por meio do Ministério da
688 Cultura construções de espaços para promoção da diversidade cultural com
689 ênfase nos grupos e comunidades menos assistidas. Foi sugerido inserir no
690 caderno reserva. 11. Elaborar projeto que integre a educação cultural no
691 currículo escolar, para promover a apreciação da Cultura desde cedo e incentivar
692 a participação cultural através do ministério da cultura e ministério da educação.
693 Foi sugerido inserir no caderno reserva/ consulta (verificar a possibilidade de
694 adequar as inscrições com os órgãos competentes (FAPEAM, SEC E SEDUC).
695 12. Tombamento e preservação do barracão do novo mundo. Foi sugerido inserir
696 no caderno reserva– CONEC/COPHAM. 13. CENTROS CULTURAIS
697 COMUNITÁRIOS - Estabelecer centros culturais comunitários na cidade e no



698 interior, oferecendo uma variedade de atividades artísticas e culturais acessíveis
699 para todas as faixas etárias. Esses centros podem oferecer workshops,
700 palestras, exposições, apresentações e acesso a recursos artísticos. Além disso,
701 devem ser espaços de inclusão, onde grupos marginalizados, como indígenas,
702 comunidades LGBTQIA+, ribeirinhos e idosos, tenham a oportunidade de
703 compartilhar e celebrar suas próprias culturas. Foi sugerido remanejamento para
704 o eixo 4. 14. Reconhecer e valorizar os movimentos culturais, individuais e
705 coletivos comunitários, participando das programações pelo estado; Foi sugerido
706 inserir no caderno reserva. 15. Que o governo possa oferecer cursos de
707 capacitação à funcionários das diversas secretarias de Cultura, para que possam
708 trabalhar com os diversos públicos, para melhor atender a comunidade
709 diversificada local. Foi sugerido inserir no caderno reserva. 16. Promover
710 Eventos Culturais de inclusão Social, incentivando a interação entre as diversas
711 classes da sociedade, reforçando o convívio social. Foi sugerido remanejamento
712 para o eixo 4. 17. Resgatar a identidade cultural brasileira, acessar, registrar,
713 preservar, difundir e implantar políticas públicas culturais, as quais devem
714 contemplar as diferentes manifestações de expressões culturais afirmativas,
715 principalmente as dos povos originários, do povo preto, dos ribeirinhos e
716 indígenas, pessoas surdas e PCDs, além das culturas populares que dialogam
717 com as realidades culturais locais. Foi sugerido fazer revisão textual/
718 remanejamento para o eixo 4. 18. Criar, implantar, revitalizar, manter e promover
719 espaços públicos de cultura através de aparelhos, mecanismos e ações que
720 propiciem o amplo acesso e conhecimento a toda a comunidade brasileira, em
721 suas mais específicas manifestações culturais e artísticas. Foi sugerido inserir
722 no caderno reserva. 19. Realizar a restauração, construção, revitalização,
723 ampliação e manutenção de: Escolas de artes públicas (SCFV). Foi sugerido
724 inserir no caderno reserva. 20. Criar formação contínua de áreas de técnicos,
725 produtores, e profissionais do mercado da cultura e arte, em todos os estados
726 através de parcerias e/ou convênios com instituições federais e estaduais de
727 ensino. Foi sugerido inserir no caderno reserva – parcerias com as instituições.
728 21. Planejar criar e implementar programas e ações voltadas para a valorização,
729 fortalecimento e a promoção da cultura no estado e no município; Foi sugerido
730 inserir no caderno reserva. 22. Incluir os municípios polos dentro dos festivais e
731 eventos organizados pela SEC. Foi sugerido inserir no caderno reserva. 23.
732 Aplicar cursos para os artistas para a sua manutenção sendo ela qual for arte.
733 Foi sugerido remanejamento para o eixo 5. 24. Procurar parcerias com o
734 SEBRAE, para receber a capacitação para ampliar os empreendedorismos
735 regionais e local da nossa pluralidade cultural. Foi sugerido remanejamento para
736 o eixo 5. Garantir a realização periódica das oficinas e cerca da construção de



737 projetos culturais, tendo estas o devido apoio do Governo do Estado e Órgãos
738 competentes para a sua realização. Foi sugerido remanejamento para o eixo 5.
739 26. Criar Bolsas de intercâmbio cultural estadual para agentes culturais; Foi
740 sugerido remanejamento para o eixo 5. 27. Ações de educação em artes para
741 PCD's. Remanejamento para o eixo 4, revisão textual. 28. Mapear e sistematizar
742 as atividades culturais não institucionais do Estado do Amazonas com o objetivo
743 de fomentar essas ações; foi sugerido aglutinação / consulta aos parceiros. 29.
744 Apoiar e promover a diversidade cultural do Amazonas, reconhecendo e
745 respeitando as diferentes tradições culturais; Foi sugerido remanejamento para
746 o eixo 4. 30. Propiciar eventos culturais, de formação e gestão, itinerante para
747 todo estado do Amazonas; foi sugerido inserir no caderno reserva. 31.
748 Zoneamento de centros culturais- Direitos, formação cultural e acessibilidade.
749 Foi sugerido fazer revisão textual e remanejamento para o eixo 4. 32. Solicitar
750 através do poder Executivo e Legislativo, através de requerimento a implantação
751 da UAB Universidade Aberta do Brasil, para o ano de 2024 para que seja
752 ofertado nos Municípios onde os festivais folclóricos estejam no calendário anual
753 da secretária de Estado de Cultura o curso de artes plásticas. Foi sugerido inserir
754 no caderno reserva. 33. Criar e Fortalecer os espaços e instituições participativas
755 para garantir que os espaços de participação social na cultura, como conselhos,
756 comitês e fóruns, sejam efetivos e tenham poder decisório através de
757 capacitações para os membros dessas instituições para desempenharem suas
758 funções adequadamente. Foi sugerido inserir no caderno reserva 34. Efetivação
759 dos CPFs (Conselho, Plano e Fundo) como política de incentivo aos municípios.
760 Foi sugerido inserir no caderno reserva 35. Utilizar a base de dados do Cadastro
761 Único da Assistência Social como base para reconhecimento territorial e o
762 direcionamento das políticas públicas de cultura, de acordo a realidade de cada
763 comunidade. Exemplo: foco no desenvolvimento de ações nas áreas periféricas
764 e de vulnerabilidade social. Foi sugerido inserir no caderno reserva 36. Incentivo
765 financeiro para construir a casa da cultura "ESPAÇO para exposição das obras
766 artesanais indígenas. Com o intuito de mostrar o talento dos povos indígena do
767 nosso município. Foi sugerido inserir no caderno reserva. 37. Como:
768 Artesanatos, Pinturas, Grafismos, peças arqueológicas, culinária, medicina
769 indígena. Foi sugerido inserir no caderno reserva 38. Proposta: Implantação do
770 CENTRO CULTURAL dos "CORPOS ARTISTICOS" com total acessibilidade a
771 todo publico cultural. Foi sugerido inserir no caderno reserva 39. Criar um fundo
772 cultural para oferecer apoio financeiro aos projetos sociais da cultura. Foi
773 sugerido inserir no caderno reserva. 40. Descentralização das reuniões do
774 Conselho Municipal de Cultura para que sejam realizadas também, na área rural
775 (comunidades) e urbana (bairros) do município. Foi sugerido inserir no caderno



776 reserva. 41. Criar ou buscar meios de comunicação, métodos que se adequem
777 tanto à comunicação, bem como aos veículos que considerem a diversidade do
778 público, tornando-os mais precisos e assertivos, de tal forma que propiciem a
779 aproximação entre poder público e sociedade civil. Foi sugerido inserir no
780 caderno reserva. 42. Ampliação dos canais de diálogo de forma a garantir, além
781 da gestão colaborativa, a responsabilidade compartilhada, buscando a
782 efetividade e garantia do processo democrático da cultura. Foi sugerido inserir
783 no caderno reserva. 43. Garantir investimento na formação de novos agentes
784 culturais visando o fortalecimento das culturas nas comunidades periféricas e
785 tradicionais, prioritariamente as populações negras, quilombolas, povos de
786 terreiro, povos indígenas, assentados dos territórios da reforma agrária, povos
787 do mar, periféricos, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, mulheres, crianças
788 e adolescentes, pessoas idosas, povos ciganos, comunidades rurais e política
789 Cultura Viva. Foi sugerido remanejamento para o eixo 4. 44. Garantir, criar e
790 ampliar programas e recursos voltados para projetos culturais e a
791 desburocratização do acesso às inscrições, reestruturando e fortalecendo a
792 democratização dos processos de seleção dos projetos e concessão de recursos
793 em editais prevendo a representatividade regional com o intuito de garantir as
794 manifestações múltiplas e plurais da cultura brasileira, estabelecendo uma
795 política de cotas para municípios de pequeno e médio porte nas ações de
796 fomento do Ministério da Cultura e implementado políticas públicas de amparo
797 aos trabalhadores e fazedores de cultura. Foi sugerido inserir no caderno
798 reserva. 45. Elaborar e executar um “Projeto Cultural Itinerante” realizado pelas
799 diversas expressões culturais existentes no município de forma a garantir a
800 promoção da identidade cultural; Foi sugerido inserir no caderno reserva. 46.
801 Criar o Festival dos “Povos Originários” de Santo Antônio do Itá, para
802 valorização da identidade cultural; Foi sugerido inserir no caderno reserva. 47.
803 Disponibilizar recursos através de editais do governo federal para aquisição de
804 transporte fluvial e terrestre de forma promover acessibilidade à cultura; Foi
805 sugerido inserir no caderno reserva. 48. Criar um festival de músicas exclusivo
806 para os artistas locais com premiação em dinheiro e apresentação na capital do
807 Estado do Amazonas. Foi sugerido inserir no caderno reserva. A proposta 1 do
808 município de Santo Antônio do Itá, que envolve ações formativas e informativas,
809 foi considerada para remanejamento ao eixo 2, dado seu caráter de qualificação.
810 O conselheiro abriu espaço para manifestações, e a proposta foi aprovada para
811 ser remanejada. A segunda proposta, que reconhece bens de natureza material
812 como escolas e igrejas para revitalização, foi discutida. A conselheira mencionou
813 que a proposta recai na legislação, sugerindo que deveria ser registrada no
814 caderno reserva. Após confirmação e não havendo manifestações contrárias, a



815 proposta foi aprovada para o caderno reserva. A terceira proposta, que sugere a
816 criação de um festival cultural envolvendo diversas manifestações artísticas, foi
817 considerada já contemplada na proposta do eixo 3, não necessitando de votação
818 separada. A quarta proposta do município de Santo Antônio do Içá, que visa
819 ampliar o orçamento público para revitalização e preservação de ambientes
820 conforme as necessidades locais. O conselheiro questionou se havia
821 manifestações a respeito dessa proposta. A proposta 10, originária do município
822 de Santo Antônio do Içá, propõe a criação e fomento, por meio do Ministério da
823 Cultura, de recursos destinados à capacitação de jovens em diversas atividades
824 culturais e artesanais, como arte, teatro, poesia, pintura e danças. Durante a
825 reunião do Conselho Estadual de Cultura (CONEC), a proposta foi discutida e foi
826 salientado que ela já está contemplada no eixo 5 do plano, que aborda a
827 economia criativa e a sustentabilidade. Isso gerou um debate sobre a
828 necessidade de reavaliar a proposta no contexto das diretrizes já existentes. A
829 assessoria jurídica do CONEC destacou que, por sua natureza, a proposta
830 deveria ser remanejada para o eixo 2, que se concentra na democratização do
831 acesso à cultura. Esse eixo inclui a promoção de canais de comunicação e
832 interação entre o governo e as comunidades culturais, algo que se alinha com
833 os objetivos da proposta 10. Diante dessa análise, o conselheiro responsável
834 pela condução da reunião abriu espaço para que os demais membros se
835 manifestassem sobre a sugestão de remanejamento. Após essa consulta, não
836 houve objeções, e a proposta foi aprovada por unanimidade para ser
837 encaminhada ao eixo 2. Assim, a proposta 10 foi oficialmente registrada para ser
838 reclassificada, buscando uma melhor integração com as iniciativas já
839 estabelecidas, de modo a garantir que os jovens tenham acesso a oportunidades
840 de capacitação cultural e artística. A proposta 10 foi discutida, sugerindo seu
841 remanejamento para o eixo 2, onde já estava contemplada no subitem 2 do
842 mesmo eixo. A votação foi aberta para saber se os membros concordavam com
843 essa mudança. Não houve manifestações contrárias, e a proposta foi aprovada
844 para o remanejamento. A proposta 11, também do município de Santo Antônio
845 do Içá, buscava o financiamento, através do Ministério da Cultura, para a
846 construção de espaços destinados à promoção da diversidade cultural, com foco
847 em grupos e comunidades menos assistidas. Durante a discussão, um
848 conselheiro expressou a opinião de que a proposta já estava contemplada nos
849 editais que abordam os pontos e pontões culturais. Portanto, sugeriu que a
850 proposta 11 fosse encaminhada ao caderno reserva, uma vez que suas ações já
851 eram atendidas por políticas existentes. A proposta foi colocada em votação, e,
852 novamente, não surgiram manifestações contrárias. Assim, a proposta 11 foi
853 aprovada para ir ao caderno reserva. A proposta 12, também originária de Santo



854 Antônio do Içá, visava elaborar um projeto que integrasse a educação cultural no
855 currículo escolar, promovendo a apreciação artística desde cedo e incentivando
856 a participação cultural, com a colaboração do Ministério da Cultura e do
857 Ministério da Educação. **A conselheira Beatriz Calheiro** levantou uma questão
858 sobre a necessidade de adequar essa proposta para o contexto do estado,
859 mencionando que a Secretaria de Educação (Seduc) e a Fundação de Amparo
860 à Pesquisa (FAPEAM) já desenvolvem projetos relacionados à educação
861 patrimonial. Ela sugeriu que as propostas deveriam ser ajustadas para incluir a
862 Secretaria de Cultura do estado do Amazonas, considerando a relevância de
863 integrar as iniciativas existentes. **O assessor jurídico** esclareceu que, embora
864 a ideia de Beatriz fosse valiosa e merecesse consideração, não seria possível
865 fazer alterações no texto aprovado na conferência municipal. As propostas já
866 estavam alinhadas com as diretrizes discutidas e aprovadas nas conferências
867 anteriores. Em resposta à proposta da conselheira Beatriz, o assessor sugeriu
868 que a ideia fosse registrada no caderno de reservas, onde poderiam ser
869 armazenadas propostas que, embora boas, não se encaixavam diretamente no
870 plano estadual de cultura. A proposta poderia ser reanalisada e talvez
871 reapresentada pelo conselho municipal, considerando a necessidade de ajuste
872 aos contextos e entidades estaduais. Assim, os conselheiros optaram por
873 aprovar a proposta 12, com a condição de que fosse encaminhada para o
874 caderno reserva, a fim de que pudesse ser revisitada e adaptada no futuro, se
875 necessário. **A conselheira Beatriz Calheiro** trouxe à tona a proposta 12,
876 questionando se ela precisaria ser acompanhada de outra proposta da etapa
877 estadual para que pudesse ser integrada corretamente. A discussão se voltou
878 para a possibilidade de consolidar a proposta com outras semelhantes já
879 apresentadas. **O conselheiro Ludimar Kokama** confirmou que, de fato, seria
880 possível juntar a proposta com outra que fosse compatível, citando um exemplo
881 de uma proposta anterior que foi aprovada e tinha conteúdo similar. Assim, foi
882 sugerido que a proposta 12 fosse encaminhada para o caderno de reservas,
883 onde poderá ser reavaliada no futuro. A proposta 13, também originária de Santo
884 Antônio do Içá, visava a solicitação de formadores para capacitar artistas e
885 gestores culturais. O CONEC já estava se preparando para promover ações de
886 capacitação nos municípios, visando tanto artistas quanto gestores. A sugestão
887 foi que a proposta fosse encaminhada ao caderno reserva, pois já existiam ações
888 contempladas na Política Nacional de Apoio à Cultura (PNAC) que abordavam
889 essa questão. Após abrir para manifestações, e não havendo contrariedade, a
890 proposta 13 foi aprovada para ser direcionada ao caderno reserva. A proposta
891 14 buscava a criação de uma rede de apoio cultural, com o objetivo de envolver
892 múltiplos grupos, como igrejas, escolas e coletivos, na execução de projetos



893 culturais. A discussão abordou como essa proposta poderia facilitar parcerias e
894 engajamento entre diversos atores culturais. **A conselheira Beatriz Calheiro**
895 fez uma observação sobre a necessidade de uma proposta anterior que já
896 tratava da capacitação e divulgação de editais. Ela sugeriu que essa proposta
897 poderia ser agrupada com as atuais, para potencializar a comunicação e a
898 acessibilidade aos projetos. **O conselheiro Ludimar Kokama** considerou que
899 as propostas 14 e 15, mesmo que abordassem aspectos de capacitação e
900 informação, não pertenciam exatamente ao mesmo eixo, mas poderiam ser
901 integradas de maneira que agregasse valor ao que já estava sendo discutido. As
902 propostas discutidas foram encaminhadas ao caderno reserva quando
903 necessário, o CONEC buscou promover a integração e a colaboração entre
904 diferentes iniciativas culturais, assegurando que os projetos estivessem
905 alinhados com as políticas culturais já existentes. **O conselheiro Vanderley**
906 **pinheiro** sugeriu a aglutinação de propostas. **A conselheira Beatriz Calheiro**
907 questionou sobre o que isso implicava. CONEC discutia a aglutinação das
908 propostas 13, 14 e 15, focando nas diretrizes de formação. Em seguida, o
909 CONEC finalizou a primeira etapa da reunião, observando que um município
910 havia apresentado 50 propostas. O conselheiro destacou a proposta 22 do
911 município de Santo Antônio do Içá, que sugeria cursos de capacitação para
912 funcionários das diversas secretarias de cultura. O CONEC questionou como
913 essa capacitação poderia ser realizada e determinou que, como se tratava de
914 uma proposta municipal, não se encaixava no plano estadual de cultura. Assim,
915 a proposta foi encaminhada para o caderno reserva. A proposta 23, busca
916 promover eventos culturais de inclusão social. **O conselheiro Álvaro Smont**
917 avaliou que essa proposta se enquadrava no eixo 4 e foi remanejada para lá. A
918 proposta 24 tem como objetivo resgatar a identidade cultural brasileira,
919 registrando e preservando as diversas manifestações culturais. **O conselheiro**
920 **Álvaro Smont** considerou que essa proposta se encaixava no eixo 4, focando
921 na diversidade cultural. Já a proposta 25, que visa criar e promover espaços
922 públicos de cultura, não se enquadrou nos eixos discutidos, levando o CONEC
923 a decidir que essa proposta também seria encaminhada para o caderno reserva.
924 A proposta 26, que tratava da restauração e manutenção de escolas de artes
925 públicas, foi considerada como uma questão que deveria ser direcionada ao
926 município e, por isso, também foi encaminhada ao caderno reserva. A proposta
927 27, que visava fomentar o acesso à cultura e incluir mecanismos como vale-
928 cultura, foi sugerida para remanejamento ao eixo 2. **O conselheiro Ludimar**
929 **Kokama**, então, discutiu a proposta 28, que buscava incentivar pequenos
930 artistas em comunidades carentes, e também a remanejou para o eixo 2. A
931 proposta 29 visa criar formação contínua para profissionais da cultura e foi



932 considerada para o caderno reserva. A proposta 30, relacionada à valorização
933 da cultura no estado, foi encaminhada ao caderno reserva, pois já estava
934 contemplada pela Política Nacional de Cultura. A proposta 31, que sugeria incluir
935 municípios polos em festivais organizados pela SEC, também foi encaminhada
936 ao caderno reserva. **O conselheiro Vanderley Pinheiro** expressou sua opinião
937 sobre a desconexão de uma proposta relacionada a um festival, questionando a
938 viabilidade de sua implementação. Ele destacou que, na sua visão, a proposta
939 estava um pouco fora de contexto. **O conselheiro Ludimar Kokama** concordou
940 com Vanderley Pinheiro, afirmando que seria quase impossível fazer essa
941 proposta, e decidiu que ela deveria ser direcionada ao caderno reserva. Na
942 sequência, **O conselheiro Álvaro Smont** passou para o item 32, que propunha
943 a aplicação de cursos para a manutenção dos artistas, independentemente do
944 tipo de arte. Observou que essa proposta se tratava de ações formativas e se
945 encaixava no eixo 2, relacionado à democratização do acesso à cultura e à
946 participação social. Depois, leu a proposta 33, que sugeria parcerias com o
947 SEBRAE para capacitação e ampliação do empreendedorismo regional. Notou
948 que essa proposta se relacionava ao eixo 5, que trata da economia criativa e
949 sustentabilidade. Assim, sugeriram seu remanejamento para esse eixo. A
950 proposta 34, que previa a criação de bolsas de intercâmbios culturais estaduais
951 para agentes culturais, foi discutida em termos de aglutinação com outras
952 propostas. Considerou que isso também se encaixava no eixo 5. **O conselheiro**
953 **Vanderley Pinheiro** fez uso da palavra novamente, mencionando que o termo
954 "PCD" poderia ser melhorado para incluir "neurodivergente", visando ampliar a
955 compreensão sobre diversidade. O CONEC agradeceu pela sugestão e decidiu
956 revisar o texto da proposta 36, que se referia a ações de educação em artes para
957 pessoas com deficiência. A proposta 37 foi lida, tratando do mapeamento e
958 sistematização das atividades culturais não institucionais do estado do
959 Amazonas. Foi sugerido que essa proposta fosse aglutinada com ações já
960 existentes, considerando que o cadastro estadual da cultura já realiza esse tipo
961 de mapeamento. A proposta 38, que buscava apoiar e promover a diversidade
962 cultural do Amazonas, foi sugerida para remanejamento ao eixo 4. Já a proposta
963 39, que visava promover eventos culturais de formação e gestão itinerante, foi
964 considerada para o caderno reserva, já que ações semelhantes já estavam
965 sendo implementadas pelo conselho. A proposta 40, que abordava o
966 zoneamento de centros culturais, direitos, formação cultural e acessibilidade. **O**
967 **conselheiro Álvaro Smont** discutiu diversas propostas para fortalecer a cultura
968 em diferentes municípios. Entre as principais propostas, destaca-se a solicitação
969 para a implantação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) em 2024, com foco
970 especial nos municípios que possuem festivais folclóricos em seu calendário.



971 Além disso, foi debatido o fortalecimento de espaços participativos na cultura,
972 garantindo a capacitação dos membros de conselhos, comitês e fóruns. A
973 efetivação do CPF do conselho como política de incentivo aos municípios
974 também foi ressaltada, reconhecendo práticas que já estão em andamento.
975 Outra proposta relevante foi a utilização da base de dados do Cadastro Único da
976 assistência social para direcionar políticas culturais a comunidades em situação
977 de vulnerabilidade. Também se discutiu a oferta de incentivos financeiros para a
978 construção de casas da cultura, destinadas à exposição de obras artesanais e
979 indígenas. A criação de centros culturais com acessibilidade total foi destacada,
980 assim como a necessidade de estabelecer um fundo cultural para apoiar projetos
981 sociais. A descentralização das reuniões do conselho municipal de cultura,
982 incluindo áreas rurais e urbanas, foi outra proposta importante. Também
983 discutiram a criação de métodos de comunicação que respeitem a diversidade
984 do público, visando uma maior aproximação entre o poder público e a sociedade
985 civil. A ampliação dos canais de diálogo foi considerada essencial para garantir
986 uma gestão colaborativa e democrática na cultura. A formação de novos agentes
987 culturais, com foco em populações marginalizadas, foi enfatizada, assim como a
988 criação de programas e recursos voltados para projetos culturais, promovendo a
989 democratização e a representatividade. Foi sugerido ainda o desenvolvimento
990 de projetos culturais itinerantes que celebrem as diversas expressões da
991 identidade cultural. A proposta de fortalecer os conhecimentos tradicionais,
992 especialmente em línguas maternas, também foi apresentada, assim como a
993 criação de um festival dos povos originários de Santo Antônio, visando valorizar
994 e promover suas identidades culturais. Por fim, discutiu-se a importância de
995 garantir a acessibilidade à cultura e a criação de um festival de música exclusivo
996 para artistas locais, com premiação e apresentações na capital do estado. Após
997 debatidas, as propostas foram indicadas para o caderno reserva, indicando que
998 várias já estão sendo abordadas ou necessitam de revisões para sua
999 viabilização. Foi discutida a proposta do festival de música do estado, voltado
1000 para artistas locais. **O conselheiro Vanderley Pinheiro** esclareceu que a
1001 proposta era de âmbito municipal. **O conselheiro Ludimar Kokama** confirmou
1002 que, de fato, era municipal, e que a indicação iria para o caderno reserva, exceto
1003 se algum proponente do município se inscrevesse, o que não se aplicaria ao
1004 caderno reserva no estado. Anunciou que havia chegado ao fim da primeira
1005 etapa de compilar as ações, finalizando o eixo 3, que era o único que faltava.
1006 Agradeceu a todos os participantes e passou a palavra para Symone Farias que
1007 explicou que a próxima fase não seguiria mais o formato de eixos. Serão
1008 trabalhadas as propostas no caderno de relatoria da Jennifer Balbi, separando o
1009 que havia sido solicitado para o caderno reserva. Na nova fase, que será dirigida



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

1010 pelo doutor Sérgio, será possível escrever cada subitem da proposta aprovada
1011 pelo estado. Assim que tudo estiver pronto, será enviado para que os
1012 participantes possam revisar.

LUDIMAR NUNES GONÇALVES

Presidente – 13ª Reunião da Comissão do PEC - I Etapa

LISTA DE PRESENÇA:

MEMBROS TITULARES/SUPLENTES:

De Forma Presencial:

1. Álvaro Serrão Monteiro – Titular representante da cadeira de Literatura;

De Forma Remota:

2. Vanderley Pinheiro – Titular representante da cadeira de Circo;
3. Jordania Damasceno Galdino – Titular representante da cadeira de Teatro;
4. Marcos André Durand Pereira – Titular representante da cadeira de Dança;
5. Elson Silva da Rocha – Titular representante da Cadeira de Folclore e Carnaval;

CONVIDADOS:

De Forma Presencial:

6. João Gustavo Kienen – Suplente representante da Universidade Federal do Amazonas – Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas;
7. Luiza Angélica Oliveira Guglielmini – Gerente do Imaterial do Departamento de Patrimônio Histórico – SEC;

De Forma Remota:

8. Beatriz Calheiro de Abreu Evanovick – Titular representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – COPHAM;
9. Pedro Marcos Andes Mansour – Historiador do Departamento de Patrimônio Histórico - SEC;



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

EQUIPE DE APOIO DO CONEC:

Elaboração da Ata:

10. Vanuza da Silva Santos – Assistente Administrativa Equipe CONEC;

Transcrição:

11. Luan Yano Figueiró Barbosa – Estagiário Equipe CONEC;

12. Mirelly Chunia Marques – Estagiária Equipe CONEC.

Equipe de Apoio Jurídico e Administrativo:

13. Symone Juliana Ribeiro Farias – Assessora Administrativa;

14. Sérgio Ricardo Mota Cruz – Assessor Jurídico;

15. Jennyfer Balbi e Silva – Assistente Administrativa;

Tecnologia da Informação:

16. Eduardo Farias – Estagiário Equipe CONEC.